

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES



COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE
ASSUNTOS SOCIAIS

RELATÓRIO

**DA AUDIÇÃO DO GESTOR PÚBLICO INDIGITADO PARA A PRESIDÊNCIA DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO DO HOSPITAL DA HORTA – E.P.E.R.**

HORTA
OUTUBRO DE 2022



TRABALHOS DA COMISSÃO

A Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais reuniu no dia 10 de outubro de 2022, na delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta, ilha do Faial, a fim de proceder à audição da Dra. Maria Teresa Fortuna de Faria Ribeiro Cândido, indigitada pelo Governo Regional dos Açores para o cargo de Presidente do Conselho de Administração do Hospital da Horta – E.P.E.R.

O *Curriculum Vitae* da Dra. Maria Teresa Fortuna de Faria Ribeiro Cândido fica anexo ao presente relatório, do qual faz parte integrante.

1.º. CAPÍTULO – ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A presente audição é efetuada nos termos e para os efeitos previstos nos números 2 e 4 do artigo 12.º e artigo 12.º-A do Estatuto do Gestor Público Regional, o qual foi republicado em Anexo ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2014/A, de 30 de outubro.

“A comissão especializada permanente respetiva deve proceder à audição no prazo de vinte dias, a contar da data do despacho do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores” (cf. previsto no n.º 3 do artigo 12.º-A).

“A comissão referida no número anterior, ao abrigo das correspondentes normas regimentais, elabora um relatório, do qual deve constar a audição do gestor público indigitado, bem como a posição dos partidos que integrem a comissão sobre a referida audição” (cf. n.º 4 do artigo 12.º-A).

Por fim, refira-se que “O relatório é obrigatoriamente enviado, no prazo de cinco dias, pelo Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores ao Presidente do Governo Regional dos Açores, para os devidos efeitos” (cf. n.º 5 do artigo 12.º-A).



2.º. CAPÍTULO – AUDIÇÃO DO GESTOR INDIGITADO

A Dra. Maria Teresa Fortuna de Faria Ribeiro Cândido, na qualidade de gestora indigitada para a Presidência do Conselho de Administração do Hospital da Horta – E.P.E.R., começou por referir que aceitou o desafio e que o encara com sentido de responsabilidade, consciente das dificuldades que existem na área da saúde e no próprio Hospital da Horta.

Num primeiro apontamento, fez uma breve apresentação do seu *curriculum vitae*, sublinhando algumas questões pessoais e profissionais relevantes para o cargo que irá ocupar, destacando o facto de ser mãe de quatro filhos e de estar envolvida em várias associações e coletividades, uma evidência que comprova que, quando há vontade, tudo se consegue conjugar. Em termos de formação, realçou a sua licenciatura em Direito, tendo, a partir daí, derivado grande parte da sua experiência profissional - em 2008 regressou à Horta, onde exerceu advocacia em prática isolada e esteve ligada a várias entidades públicas e privadas, sendo uma delas o próprio Hospital da Horta onde prestou assessoria jurídica. Também iniciou um percurso a nível autárquico, com um mandato na Junta de Freguesia e posteriormente na Assembleia Municipal da Horta, a qual preside desde 2017. Em 2021, foi nomeada Presidente do Conselho de Administração da Unidade de Saúde da Ilha do Faial, um desafio que assumiu com espírito de missão e responsabilidade muito grande, num período muito conturbado e marcado pela pandemia da Covid19.

Feita esta exposição inicial, a gestora indigitada para a presidência do Conselho de Administração do Hospital da Horta partilhou os três pilares estratégicos de atuação que pretende seguir naquela instituição.

Assim, e em primeiro lugar, começou por referir a importância da articulação entre os cuidados de saúde primários e os cuidados hospitalares. O Hospital da Horta serve uma população de cerca de 35.000 pessoas e grande parte é envelhecida, pelo que uma aposta nos cuidados de saúde primários farão a diferença, por permitirem um trabalho de maior proximidade. Há que continuar a apostar na literacia na saúde e neste campo o trabalho das equipas de saúde pública, de saúde comunitária, de saúde escolar são muito importantes, por permitirem a sensibilização das pessoas para a importância de adotarem estilos de vida saudáveis. É preciso que haja também disponibilidade das pessoas para concretizarem este objetivo, não podendo haver uma



divisão entre os cuidados de saúde primários e os cuidados hospitalares, mas sim uma complementaridade dos serviços prestados.

O segundo pilar centra-se nos recursos humanos, porque sem eles não será possível dar resposta às solicitações da população. Há falta de profissionais de saúde em todo o país, pelo que os Açores têm de ser competitivos na oferta de modo a captar e fixar recursos humanos. Há incentivos já aplicados e importantes para se conseguir este desígnio, mas é preciso também dar espaço para a criatividade e aprofundar as parcerias que já existem de forma a que as pessoas se sintam atraídas pela Região e queiram cá ficar a fazer parte do nosso projeto.

Atualmente, o Hospital da Horta conta com 527 profissionais e é preciso perceber qual é, de facto, a capacidade instalada, quais as necessidades permanentes e como serão colmatadas as falhas existentes, um trabalho que a Dra. Teresa Ribeiro Cândido fará após a sua tomada de posse. É preciso continuar a trazer especialistas de fora para manter as especialidades abertas à população e fomentar o espírito de equipa entre os profissionais de saúde. É fundamental que as pessoas saibam trabalhar em equipas, em equipas motivadas e multidisciplinares.

Por último, falou do terceiro pilar – a sustentabilidade e qualidade. Há que estabelecer uma linha de prioridades com o foco subjacente à prestação de serviços de qualidade, tendo o utente como centro de toda a formação. Neste seguimento, partilhou que o Hospital da Horta já tem o seu laboratório clínico acreditado pelo sistema da ACSA, o que é um motivo de orgulho porque, por um lado, reconhece a excelência dos cuidados que os profissionais prestam e, por outro lado, dá garantias de segurança também aos utentes que recorrem ao serviço. Frisou, porém, que este é um projeto de melhoria contínua.

Aberta a primeira ronda de questões, interveio a deputada Salomé Matos (PSD) que perguntou qual a mais-valia trazida por um processo de acreditação ao Hospital da Horta, que, apesar de já ter iniciado este propósito por duas vezes, acabou por nunca o conseguir levar ao fim na sua plenitude.

Depois de explicados os contornos do processo de acreditação naquele hospital, a Dra. Teresa Ribeiro Cândido explicou que a qualidade é um compromisso da instituição com os seus utentes. Um bom sistema transpõe para o público aquilo que é a sua missão, sabendo que há sempre espaço para melhorar. No fundo, a qualidade é um processo que leva à acreditação e à excelência e todos os envolvidos naquele processo têm de trabalhar em conjunto, o que



concorre para a criação de equipas motivadas e multidisciplinares, equipas coesas, todas elas com o mesmo objetivo.

Seguidamente, pediu a palavra a deputada Ana Luis (PS) para solicitar que a gestora indigitada para a presidência do Conselho de Administração do Hospital da Horta pudesse dar conta daquilo que entendia serem as mais-valias que poderia trazer à instituição. A deputada pediu, ainda, que a Dra. Teresa Ribeiro Cândido partilhasse os projetos mais relevantes que pretende implementar no Hospital e que se pronunciasse acerca dos constrangimentos que estaria à espera de encontrar no período de gestão que terá à frente do Hospital da Horta.

Escusando-se a responder à primeira questão, por considerar que ninguém é bom juiz em causa própria, a Dra. Teresa Ribeiro Cândido explicou que não tendo ainda um diagnóstico fidedigno das reais necessidades do Hospital, manterá sempre um diálogo construtivo com todas as equipas e parceiros no sentido de se focarem na procura de soluções. O facto de ter estado ligada aos cuidados de saúde primários poderá ajudar na visão que tem sobre as parcerias que devem ser criadas. Em relação aos constrangimentos, sublinhou novamente a falta de recursos humanos especializados, pelo que fará o levantamento do capital humano disponível e trabalhará formas de o manter e de captar novos talentos e fixá-los. Outro constrangimento prende-se com as próprias instalações.

A finalizar a primeira ronda, usou da palavra o deputado Rui Martins (CDS-PP) que perguntou se as funções atualmente desempenhadas pela gestora indigitada poderão ser uma mais-valia para o novo cargo que irá ocupar. Perguntou, igualmente, se a mesma tinha encontrado ineficiências na sua passagem pela Unidade de Saúde de Ilha, seja nas referenciações para o hospital, seja nos canais de comunicação que permitam fazer um seguimento do ponto de situação dos diversos pedidos para cuidados de saúde diferenciados ou nas referenciações para meios complementares de diagnóstico e terapêutica. Por último, questionou se havia a intenção de retomar o processo de acreditação.

Em resposta, a gestora indigitada sublinhou, mais uma vez, a importância dos cuidados de saúde primários, referindo que os mesmos devem ser trazidos à cogestão do doente, com ganhos para os utentes e o sistema. Neste seguimento, afirmou que existe uma boa relação entre a Unidade de Saúde da Ilha do Faial e o Hospital. Os canais de comunicação foram simplificados, mas importa continuar a investir nos sistemas de informação e tecnologia. Um dos objetivos é



efetivamente alargar esse manancial, para poder fazer as referenciações também para meios complementares de diagnóstico que ainda não é possível fazer.

Relativamente ao processo de certificação, é necessário perceber qual o modelo que se adapta melhor ao Hospital, mas a gestora indigitada asseverou que o objetivo primordial, enquanto perspectiva de futuro, é que o Hospital da Horta seja também reconhecido e certificado porque já presta serviço de qualidade.

Numa segunda ronda de questões, a deputada Salomé Matos (PSD) perguntou que estratégias poderiam ser criadas no sentido de combater a iliteracia na saúde, evitando que muitos utentes se deslocassem às urgências em situações não urgentes, o que congestiona o serviço e consome recursos que deveriam estar disponíveis para quem realmente deles necessitam.

Em responder à questão, a Dra. Teresa Ribeiro Cândido explicou a literacia em saúde se combate também numa forte articulação com os cuidados saúde primários e com a sociedade. O Hospital não tem um contacto tão próximo com a sociedade, mas através das parcerias com associações de apoio ao doente, de apoio aos familiares dos doentes, de apoio ao cuidador informal, em articulação com os cuidados de saúde primários e, quando necessário, os cuidados especializados será possível cumprir com este desígnio - levar as pessoas a perceberem que devem adotar um estilo de vida saudável e a ensinar-lhes a lidarem com a doença a vários níveis.

Seguidamente, interveio a deputada Ana Luis (PS) que perguntou quais poderiam ser outras medidas para colmatar a falta de recursos humanos no Hospital e qual o perfil necessário nos elementos do Conselho de Administração que possam servir de complemento à formação e experiência da Dra. Teresa Ribeiro Cândido.

Para a gestora indigitada, a solução encontrada pelo Hospital de trazer especialistas de forma regular para manter determinadas especialidades aberta é positiva. O ideal seria, realmente, ter um corpo médico especialistas sempre presente, mas na impossibilidade de o ter, a solução encontrada é eficaz. Para além disso, havendo uma equipa multidisciplinar faz com que o doente sinta que tem uma continuidade no acompanhado. Para a Dra. Teresa Ribeiro Cândido, não bastam os incentivos financeiros aos profissionais, há que ir mais além, criando, por exemplo, condições para se poderem desenvolver projetos de investigação.

Relativamente ao perfil que se adequa às necessidades do Hospital, é necessário alguém com uma capacidade de trabalho excecional e com carácter conciliador, também conhecedor da política de saúde na instituição.



Aberta a terceira e última ronda de questões, voltou a intervir a deputada Ana Luis (PS) para questionar se a mudança da USIF para as novas instalações será feita no prazo previsto, quais serão os maiores constrangimentos decorrentes da mudança e como pretende a Dra. Teresa Ribeiro Cândido encarar essas dificuldades junto do novo Conselho de Administração que será em breve nomeado para a USIF.

À deputada, a gestora indigitada elencou o histórico das ações feitas e dos constrangimentos sentidos, referindo que existem vicissitudes que são alheias à USIF e que são próprias dos procedimentos concursais, mas que acredita que no final deste ano ou princípio do próximo ano, no primeiro trimestre, estarão reunidas as condições para avançar com a mudança. Sublinhou que este é um processo que envolve ambas as partes – Hospital e Centro de Saúde -e, portanto, na condição de nova Presidente do Conselho de Administração do Hospital da Horta irá continuar ligada ao mesmo. Para além disso, do lado do Centro de Saúde há uma equipa que se mantém em funções e há um plano traçado para levar a bom porto a mudança. A gestora indigitada lembrou que também foi necessário um novo projeto para dotar a unidade de saúde de um espaço para armazém clínico, armazém de material e arquivo, que era uma situação que não estava prevista para o novo edifício, de modo a não perderem espaços que fariam falta para outras situações. Lembrou, neste seguimento, que para se ter idoneidade e captar recursos humanos é preciso que sejam criadas condições também ao nível de estruturas e equipamentos.

Já a deputada Ana Quental (PSD) perguntou que importância a Dra. Teresa Ribeiro Cândido dava à deslocação dos especialistas periodicamente à ilha e que estratégias serão criadas para os incentivar a continuar a cá vir, tendo sido esclarecida que a deslocação de especialistas à ilha do Faial é de extrema importância, porque sem este serviço seria necessário fazer deslocar os utentes e acompanhantes. Portanto, se se pretende um sistema sustentável, há que perceber o que é mais rentável e cómodo para os doentes. Para o futuro, o desejável seria ter recursos humanos especializados em determinadas áreas fulcrais, como a oncologia, devido ao elevado número de doentes com esta patologia.



3º. CAPÍTULO – POSIÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS

PS: A presente audição é regulada pelo Estatuto do Gestor Público Regional que, a partir de 2014, prevê, e bem, a emissão de parecer, pela Comissão Permanente especializada em razão da matéria, em relação ao indigitado ou proposto pelo Governo Regional sem, no entanto, que esse parecer seja vinculativo. Neste sentido, esta nomeação é da exclusiva responsabilidade do Governo Regional, sendo, desta forma, uma nomeação política. Não obstante, o Partido Socialista valoriza o percurso académico e profissional da Dr.ª Teresa Ribeiro Cândido e **emite parecer favorável** à sua nomeação para o desempenho do cargo de Presidente do Conselho de Administração do Hospital da Horta.

PSD: Face ao teor das audições em sede de Comissão de Assuntos Sociais no âmbito da indigitação da Dr.ª Teresa Ribeiro Cândido pelo Governo Regional dos Açores para o cargo de Presidente do Conselho de Administração do Hospital da Horta – E.P.E.R., **emite parecer favorável**, reconhecendo-lhe competências para o desempenho do mesmo, alicerçado num percurso profissional e cívico relevante, destacando-se a experiência profissional acumulada enquanto Presidente do Conselho de Administração da Unidade de Saúde da Ilha do Faial, pelo que entende estarem reunidas todas as condições para o exercício bem sucedido das funções inerentes ao cargo para o qual é proposta.

CDS-PP: Dadas as características pessoais, o percurso académico e profissional, o reconhecido mérito nas atividades públicas desempenhadas e os objetivos que pretende atingir no Hospital da Horta, o GP do CDS-PP vota **favoravelmente** a nomeação da Dr.ª Teresa Ribeiro para Presidente do Conselho de Administração do Hospital da Horta.

CH: A Representação Parlamentar do CH **emite parecer favorável** à nomeação da Dr.ª Teresa Ribeiro Cândido para o desempenho do cargo de Presidente do Conselho de Administração do Hospital da Horta.



BE: O Grupo Parlamentar do BE **emite parecer de abstenção** à nomeação da Dr.ª Teresa Ribeiro Cândido para o desempenho do cargo de Presidente do Conselho de Administração do Hospital da Horta.

IL: A Representação Parlamentar do IL **emite parecer de abstenção** relativamente à nomeação da Dr.ª Teresa Ribeiro Cândido para o desempenho do cargo de Presidente do Conselho de Administração do Hospital da Horta.

Horta, 12 de outubro de 2022.

A Relatora

(Délia Melo)

O presente relatório **foi aprovado por unanimidade**.

Ao presente relatório é anexo o *Curriculum Vitae*.

O Presidente

J. Joaquim F. Machado)